

■ OPINIÃO

EDITORIAL

O atual esforço de crescimento não é suficiente

economia - Brasil

Depois de dez anos, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro volta a registrar um crescimento acima de 5%, como não ocorria desde o início do Plano Real, em 1994. Naquele ano, o crescimento foi de 5,9%. No ano passado, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil cresceu 5,2%. Se esse índice, em termos brasileiros, é significativo, considerando a mediocridade dos índices durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que só conseguiu números mais expressivos em 1995 e 2000 (4,2% e 4,4%, respectivamente, com média de 2,33% em oito anos), em termos mundiais ficou abaixo da "problemática" Argentina, que fechou o ano com crescimento de 8,8%.

Isso sem falar em outros países em desenvolvimento, como a China (9,5%), Índia (6,4%) e Turquia (7%). Nos últimos dez anos, a média de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,4%, enquanto a dos países em desenvolvimento foi de 3,5%.

É verdade que, em comparação

com países desenvolvidos, o crescimento brasileiro foi maior. Os Estados Unidos, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), cresceram 3,9%; o Japão, 2,6%; os 25 países da União Européia, 2,3%; e o Reino Unido, 3,2%, entre outros.

Na média dos dois anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o crescimento do PIB foi de 2,85%, portanto acima da média do governo FHC e dos últimos dez anos. Como ainda faltam dois anos para a conclusão do mandato, essa vantagem ainda não é definitiva. O fu-

turo a Deus pertence, como diz o ditado popular. E, apesar das constantes manifestações de fé do presidente e das invocações de Seu Nome, isso não é garantia de desempenho futuro. Para obter índices de crescimento expressivos, se exige muito sangue, suor e lágrimas, segundo uma frase famosa de Sir Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial — a começar do presidente

da República e, depois, de todos os chamados agentes econômicos.

Ao contrário de 2003, quando o crescimento da economia foi impulsionado pela demanda externa, que subiu 1,6%, enquanto a interna caiu 1,1%, no ano passado a situação se inverteu. Aliás, o setor externo foi o principal fator de crescimento da eco-

nomia no período 2001-2003. Em 2004, a demanda interna cresceu 4,1%, enquanto a externa evoluiu 1,1%.

Esse comportamento da economia no ano passado resultou de três fatores. O primeiro foi a maior disponibilidade de crédito: o volume total cresceu 15,1%, segundo o IBGE. No caso da pessoa física, o crescimento foi ainda mais expressivo (22,2%), como resultado da introdução do instrumento de crédito consignado em folha de pagamento.

O segundo fator foi uma taxa de juros média anual mais baixa, de 16,3%

em 2004, ante 23,1% em 2003, segundo o IBGE. E, finalmente, o terceiro fator foi o aumento da massa salarial, da ordem de 1,5%.

Além disso, por uma fina ironia dos meandros da economia, outra alavanca do crescimento foi o aumento do volume total de impostos incidentes sobre produtos e serviços — como o estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o federal Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o municipal Imposto Sobre Serviços (ISS). A expansão foi de 8,5%, com reflexo de 0,4 ponto porcentual no índice de 5,2% do PIB. Isso significa que, sem esse fator, o PIB teria crescido só 4,8%.

Um dado estimulante do PIB de 2004 é que o volume de investimentos voltou a crescer, depois de dois anos de queda, e de modo significativo. Enquanto em 2002 ele foi negativo em 4,2% e em 2003, em 5,1%, no ano passado cresceu 10,9%, o maior desde 1994. Isso significa que o setor produtivo se preparou para o crescimento das demandas internas e exter-

nas da economia não apenas no ano passado, mas também no médio prazo. E isso assegura um crescimento sustentado no futuro próximo.

Apesar desses dados positivos e promissores, os números do IBGE indicam perda de fôlego da economia no último trimestre do ano passado. Embora o setor industrial tenha crescido 6,2% no ano, no quarto trimestre houve uma desaceleração para 0,5%, ante 2,7% no terceiro. O volume de investimentos, por sua vez, registrou queda de 3,9% no último trimestre do ano, o que revela uma expectativa menos otimista para a economia neste ano.

Como não podia deixar de ser, o presidente Lula e o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, comemoraram os números favoráveis e se calaram sobre a desaceleração no quarto trimestre. Mas quem tem motivos para comemorar para valer é a diretoria do Banco Central, que finalmente parece ter conseguido segurar o crescimento.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse: www.gazetamercantil.com.br/editorial